

Homenaje

Antonio Cândido: algumas contribuições sobre a relação entre literatura e política na América Latina

Antonio Cândido: some contributions about the relationship between literature and politics in Latin America

Antonio Cândido: algunos aportes sobre la relación entre literatura y política en América Latina

Célia Pedrosa

Universidade Federal Fluminense

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2616-4834>

artecelia@gmail.com

Antonio Cândido, que viria a se tornar o mais importante crítico literário brasileiro do século XX, teve sua vida intelectual marcada pela formação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde ingressou em 1939. Nela teve contato com a melhor tradição atualizada do pensamento europeu, trazida em 1942 por uma missão francesa que reunia Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Fernand Braudel e, em especial,

Jean Maügué. Deste dirá mais tarde que a filosofia lhe interessava sobretudo como reflexão sobre o cotidiano, a política, a arte, influenciando desse modo decisivamente sua própria concepção de trabalho do pensamento (Cândido,1992

Não por outro motivo Cândido se juntou a partir de 1941 a outros estudantes da USP para criar uma revista dedicada à crítica de literatura, cinema, música, a que deram o nome de *Clima* – nessa escolha indicando, como declarado no *Manifesto* do primeiro número, a vontade de “apresentar e fazer conhecer os trabalhos e o nível de cultura da mocidade das escolas do Brasil [...]tentando criar entre nós esse ambiente, esse clima de curiosidade, de interesse e de ventilação intelectual de que tanto necessitamos e que tanta falta faz”(Cândido, 1941: 3). Tal vontade decorria também de forte identificação com os rumos apontados pelo Movimento Modernista, “sobretudo como atitude mental, ao contrário de hoje, quando interessa mais como criação de uma linguagem renovadora. Para nós, esta era veículo. Veículo das atitudes de renovação crítica do Brasil; do interesse pelos problemas sociais; do desejo de criar uma cultura local com os ingredientes tomados avidamente aos estrangeiros” (Cândido, 1980: 160).

A essa atividade coletiva, exercida de 1941 a 1944, se junta a que veio exercer, como crítico literário dos rodapés semanais dos jornais *Folha da Manhã* (1943-1945), e depois *Diário de São Paulo* (1945-1947), ambos de São Paulo. Aí ele pode exercitar o interesse reflexivo e sistematizador aliado à atenção ao concreto e singular que então estava se produzindo na literatura do país, muitas vezes por isso contribuindo para a descoberta e a recepção positiva de autores mais tarde reconhecidos como clássicos modernos, como João Cabral de Melo Neto e Clarice Lispector.

Esse conjunto de fatores propriamente intelectuais era articulado e mobilizado por um contexto que, face à irrupção da segunda guerra mundial, serviu à radicalização da consciência política. E Antonio Cândido a exercitava tanto em sua atividade de leitor e crítico literário como também em práticas que incluíam a presidência da Associação Brasileira de Escritores (1948-1949), a participação no Partido Socialista Brasileiro, criado em 1947, prolongando-se ainda bem adiante, em 1980, na criação do Partido dos Trabalhadores, além de na fundação, em 1976, da Associação de Docentes da USP - uma das primeiras formas de articulação sindical de professores universitários, mais tarde, em 1981, reunidos nacionalmente na ANDES –Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior.

Não é por outro motivo que sua primeira publicação de grande fôlego —os dois volumes da *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos decisivos, de 1959, pela editora Martins— tenha representado um esforço de compreensão simultaneamente histórica e crítica dos “brasileiros no seu desejo de ter uma literatura” através da capacidade de adaptação e transformação da cultura colonizadora, alimentada por valores locais e dedicada tanto à construção de imaginário de nação quanto ao empenho na luta por sua real independência. Sempre atento a um de seus pressupostos fundamentais —“a contradição é o nervo da vida”— Cândido vai avaliar em abordagens específicas de obras e autores, assim como em contextualizações mais amplas, a constante e produtiva tensão entre elementos particulares e universais, intrínsecos e extrínsecos, evitando reducionismos esteticistas ou sociológicos que então dicotomizavam os estudos literários.

Como se sabe, nesse livro é fundamental o conceito de sistema literário, valorizado enquanto signo da existência regular e contínua de uma relação entre autores, obras e um público dotado de autoconsciência cidadã. Por conta dessa perspectiva, o pensamento histórico-crítico de Candido dedicou-se a focalizar exclusivamente a produção e a circulação circunscritas à elite social letrada. E deixou de lado o que chamou de “manifestações literárias”, segundo ele sem importância, ignorando ou minimizando assim práticas orais ou escritas também coletivas, sim, mas de grupos marginalizados, reforçando uma compreensão demasiado institucional e eurocêntrica de literatura. Tal exclusão vem sendo hoje em dia bastante discutida e associada a uma perspectiva oriunda da crença no iluminismo civilizatório, que o crítico retoma e revê mais tarde em um texto escrito em 1988, “O direito à literatura” (Cândido, 1995), que tem ganho recepção renovada nos últimos anos, face a novas formas de demanda política e cultural.

É interessante ressaltar que Cândido vai perceber a importância desse conceito na reflexão historiográfica e literária do crítico uruguaio Ángel Rama, que o teria utilizado, inicialmente, para definir um fenômeno segundo ele existente apenas no Brasil, no México e em uma Argentina concentrada no cosmopolitismo portenho, mas depois ampliado para o que considerou um sistema literário comum continental, próprio à América Latina. Caracterizado especialmente pela ênfase no cunho militante do trabalho intelectual e na relação dialética entre regionalismo e vanguardismo, localismo e universalismo, esse sistema exigiria as mesmas características valorizadas por Cândido na vida literária brasileira, reafirmando portanto uma perspectiva iluminista, elitista.

Como se vê, apesar de predominantemente dedicada à compreensão do sistema literário nacional brasileiro e à leitura detida de seus autores, Antonio Cândido identifica e valoriza, em escritos mais esparsos, significativos pontos em comum, a partir mesmo do que valoriza no colega uruguaio. No texto “O olhar crítico de Ángel Rama”, incluído na coletânea *Recortes*, de 1993, Candido amplia para o âmbito latino-americano uma importante reflexão inscrita no ensaio “Literatura e cultura 1900-1945”, do livro *Literatura e sociedade*, cuja primeira publicação data de 1965. Nele, Cândido enfatiza justamente a centralidade da literatura e sua importância para a construção do gênero ensaístico, que assume grande importância desde o século XIX e hoje, acreditamos, volta a ganhar força. “Justamente devido a essa inflação literária, a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo à sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros” (1980: 132).

Na impossibilidade de recolher, comentar e sistematizar, no âmbito desse pequeno artigo, todas as referências mais ou menos pontuais do crítico brasileiro às relações latino-americanas, vamos nos deter em outros três textos que nos parecem especiais a esse respeito. Publicado pela primeira vez em 1970, na coletânea *A Educação pela noite e outros ensaios*, o ensaio “Literatura e subdesenvolvimento” propõe a compreensão de aspectos fundamentais da produção literária na América Latina a partir da distinção entre duas formas de pensar a situação de atraso e dependência cultural, econômica e política desse

conjunto de países de colonização ibérica. A primeira estaria associada à noção de país novo e corresponderia a uma “consciência amena do atraso”, enquanto a segunda à de *país subdesenvolvido*, correspondente a uma “visão catastrófica do atraso”. Segundo Cândido, ambas orientariam a atuação do intelectual latino-americano tanto no que diz respeito à natureza específica de sua produção quanto no que concerne à sua inserção social.

A noção de *país novo* seria, na verdade, um desdobramento da euforia e do deslumbramento provocados pela descoberta da América -sentimentos que se exprimem em projeções utópicas decisivas para os processos de conquista e civilização e, posteriormente, quando dos movimentos de separação política das metrópoles, para a consolidação da idéia do continente como pátria da liberdade, apta a consumir os verdadeiros e superiores destinos do homem ocidental. A pátria, sob tal perspectiva, é definida em estreita vinculação com a natureza exótica, percebida como grandiosamente bela e fértil e por isso capaz de justificar todo o sentimento de otimismo social. Daí decorre a opção por uma literatura celebratória, cuja linguagem, influenciada ainda pelas tendências românticas, se apoiaria no sentimentalismo, na hipérbole, na exotização -procedimentos configurados paradigmaticamente na “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, que segundo o crítico poderia ter sido assinada por qualquer um de seus contemporâneos latino-americanos entre o México e a Terra do Fogo.

A confluência desses valores vai explicar também a generalidade e a persistência de uma ficção de cunho regionalista. Funcionando como instrumento de descoberta, reconhecimento e incorporação da realidade do país ao cenário da literatura, ela vai se caracterizar inicialmente pela idealização de regiões

remotas, distantes dos centros urbanos e europeizados, como a região amazônica, os altiplanos andinos, o sertão brasileiro. Tanto elas como seus habitantes, considerados representativos de uma especificidade natural e cultural própria das diversas nações americanas, passaram a ser então objetos de uma tenaz ilusão compensatória. Vistos por uma ótica amena e curiosa, compõem uma imagem pitoresca e decorativa que mascara problemas humanos e sociais decorrentes do atraso e da incultura, enfatizando, ao contrário, uma riqueza potencial cuja valorização apontaria para a possibilidade de um futuro grandioso e autônomo.

Segundo Cândido, essa forma de compreensão e representação literária e cultural começa a mudar a partir dos anos 30 do século XX, à medida em que a ideologia do país novo começa a dar lugar à de país subdesenvolvido -processo de conscientização radicalizado a partir da segunda guerra mundial- que, como vimos, coincide com o início de sua própria atividade intelectual. Tem início então a desmistificação do gigantismo de origem paisagística, substituído por uma visão problemática quanto ao presente e pessimista quanto ao futuro, baseada na evidência da miséria, da persistência das relações imperialistas de dominação e da conseqüente paralisia das forças produtivas - gritante inclusive no que dizia respeito às formas de ocupação e exploração da terra bela e fértil.

Nesse processo, a literatura exerce um papel fundamental, na medida mesmo em que mobiliza uma força crítica antecipadora da tomada de consciência de economistas e políticos. A partir do decênio de 30, essa força norteará uma parte substancial de nossa ficção narrativa, acarretando uma significativa mudança no discurso regionalista. Tanto a representação do espaço físico quanto dos personagens ganha densidade, integrando-se para desvelar uma situação

dramática de miséria humana e social. Agora, enquanto lugar de encenação de uma vontade combativa, inevitável em escritores que se descobrem habitantes de um continente sob intervenção, a narrativa literária se torna muitas vezes presa de certo esquematismo ideológico, ao mesmo tempo de que se ressentem de alguma irregularidade estilística, motivados ambos pela ênfase na indignação contra opressores e na identificação sentimental com oprimidos. Mas, em muitos casos, serve também à busca de novas soluções para a representação da injustiça e da desigualdade, redimensionando as relações tradicionalmente distanciadas entre narrador culto e personagens populares, relativizando os limites entre discurso indireto e direto, incorporando a tristeza e a penúria ao próprio ritmo da sintaxe narrativa, em detrimento da mera descrição ou da deblateração indignada - como ocorre em Graciliano Ramos, Miguel Angel Asturias e Jorge Icaza, entre outros.

À essa substituição da amenidade exótica pela crítica social, Antonio Cândido vai acrescentar ainda uma outra forma de renovação do regionalismo, para a qual propõe a definição de super-regionalismo, inspirada na de surrealismo ou super-realismo. Correspondendo a uma consciência dilacerada do subdesenvolvimento, ele se caracteriza pela ruptura com toda a referência naturalista, baseada numa visão empírica do mundo. A ela contrapõe uma inserção do mágico e do absurdo em meio à realidade mais cotidiana, o uso de técnicas como a do monólogo interior, a da fragmentação, da simultaneidade espaço-temporal, da elipse, aliadas ao descarte de toda a retórica, celebratória ou denunciadora. Com isso, alcançaria uma transfiguração universalizante da mesma substância de que se alimentaram antes o nativismo e o patriotismo, fazendo da região o móvel de uma reflexão em que as especificidades locais e

nacionais se imbricam numa problemática humana e social mais ampla -como nas obras de Guimarães Rosa, Juan Rulfo e Mário Vargas Llosa, por exemplo.

Embora fixe a atenção nessa linhagem regionalista, que possibilita a identificação mais imediata de semelhanças entre as diversas literaturas latino-americanas, Cândido não deixa de ressaltar que ela não pode ser absolutizada nem justificar uniformizações. Assim, lembra que em países como a Argentina e o Uruguai, a literatura regional, após a primeira etapa de afirmação romântica e exotizante, logo se tornou um anacronismo. Já em relação ao Brasil, observa que, muito peculiarmente, e apesar da resistência do regionalismo, as melhores obras ficcionais foram sempre urbanas, desprovidas de qualquer pitoresco, constituindo uma outra sólida vertente de identificação nacional, anterior ao próprio indianismo, da qual Machado de Assis representaria um auge precoce, ainda em fins do século XIX. Tal peculiaridade é tematizada posteriormente com mais vagar no ensaio “Os brasileiros e a literatura latino-americana”, publicado em 1981, no qual avalia que a coexistência continental dessas duas vertentes indica a importância histórica de um jogo dialético entre forças centrípetas e centrífugas, universalizantes e particularizadoras.

Para Cândido, na verdade, a compreensão dialética deve ser uma exigência de toda a crítica que se proponha a dar conta da complexidade e do dinamismo próprios tanto à atividade literária quanto às formas de sua relação com a vida sociocultural. O empenho em alcançá-la norteia toda a sua reflexão sobre o processo de formação da literatura brasileira - processo esse, aliás, que nomeia e constitui o tema de sua mais alentada e importante obra, publicada ainda em 1959, e aqui já referida, cujas principais colocações são retomadas,

de modo mais condensado, em ensaio significativamente intitulado “Literatura de dois gumes”, de 1966. Nele, o jogo entre universalidade e particularidade das formas de expressão é associado à interação dialética entre mecanismos de imposição e adaptação cultural, identificável não só no Brasil, mas em todos os países que vivenciaram uma história de colonização.

É a adoção dessa perspectiva, motivada pelo que ele chama também de “sentimento dos contrários”, que faz com que sua reflexão venha a se constituir em uma notavelmente inovadora contribuição para o estudo das questões ligadas ao fenômeno da hibridação literária e à redefinição de procedimentos comparativistas. Assim ocorre com o problema da influência exercida pela cultura de países colonizadores sobre a dos colonizados, por ele equacionado de modo a evitar a tradicional dicotomia entre utopias isolacionistas de originalidade e submissão absoluta a padrões metropolitanos. Considerando inegável o “vínculo placentário” que une as literaturas latino-americanas às européias, conclui que a capacidade de reconhecê-lo está paradoxalmente associada ao começo da capacidade estética de renovar esteticamente e também de lutar politicamente contra a dominação que o origina - ambas sendo sintomas de uma maturidade ainda impensável durante a fase regida pela consciência amena do atraso.

Ampliando o alcance da visão dialética, Cândido ressalta que nessa fase convivem impulsos aparentemente opostos, mas na verdade complementares, de cópia servil e rejeição radical. Em decorrência do primeiro, a literatura tende ao requinte provinciano, à repetição anacrônica de modelos estrangeiros, à alienação face ao contexto real de sua produção. Do segundo, decorre uma literatura centrada nas peculiaridades locais, tendendo à exaltação acrítica e exotizante. Em ambas,

igual e ironicamente, se configuram imagens de nossa realidade correspondentes, de ângulos diversos, à expectativa do leitor urbano europeu ou europeizado. No entanto, e de modo a evitar, novamente, toda a forma de simplificação, o crítico vai se recusar ao endosso ou ao anátema indiscriminado de qualquer uma dessas tendências. Pois na primeira, reconhece, como intimamente ligada à cópia, a possibilidade de afirmação e divulgação de uma linguagem culta, apta a representar problemas comuns a todos os homens e a inserir nossa literatura no contexto mais amplo da literatura ocidental erudita. Já quanto à segunda, avalia que o nativismo e o regionalismo, através mesmo da ingênua ênfase no pitoresco, funcionam como força estimulante da vontade de conhecer a realidade particular e de representá-la de modo novo e específico.

Compreendidos desse modo, universalismo e particularização passam a ser vistos como tendências não necessariamente opostas. Ao contrário, a integração dos efeitos positivos próprios a cada uma delas seria responsável por uma atitude literária e crítica mais produtiva, capaz de reconhecer a imposição cultural e ao mesmo tempo empenhar-se em sua adaptação, de transformar a imitação em ponto de partida para a criação e a reflexão inovadoras e problematizantes. Apontando nessa direção, o trabalho de Cândido prefigura, com bastante antecipação, os caminhos a serem trilhados por intelectuais e artistas contemporâneos, conscientes das vantagens e desvantagens de um inexorável processo de globalização, no interior do qual a dependência pode e deve se transformar em interdependência, e a imitação em assimilação recíproca, ao menos no que diz respeito ao campo da produção cultural.

Pode ser bem instigante, nesse sentido, a releitura de um pequeno texto tardio, de 1989, publicado apenas em 1993, na já mencionada coletânea *Recortes*, intitulado “Os brasileiros e a nossa América”. Nele Cândido vai rastrear gestos mais ou menos isolados, mas bem significativos de uma rede de relações arduamente tramada a contrapelo das diferenças linguísticas e culturais – estas decorrentes da supremacia da Espanha face à Portugal e nos projetos de construção e consolidação coloniais. Nesse sentido, e sempre atento ao contraditório, ele considera que “Um certo sentimento da América espanhola ocorreu cedo na literatura brasileira, talvez em parte por influência francesa”, exemplificada pela grande tragédia de tema peruano, *Alzira*, de Voltaire, ou pelo *Os Incas*, de Marmontel (131). E ressalta que, enquanto a Espanha com *Quixote*, abriu caminho para um novo gênero, o romance, que serviria para exprimir a modernidade, Portugal produzia “os *Lusíadas*”, num gênero já clássico, o épico, destinado a perder efetividade literária e cultural rapidamente (130).

Em relação ao período em que sucederam no Brasil o fim do império e o amadurecimento da República, localiza o desenvolvimento mais sistemático da reflexão sobre a América Latina, por nomes importantes como os de Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, José Veríssimo, Eduardo Prado, Manoel Bonfim. Cândido vai chamar a atenção para as ricas polêmicas em torno de ideias como a do pan-americanismo, anti-imperialismo e latino-americanismo, entre monarquistas e republicanos, que eram já o embrião de uma compreensão geopolítica que teria, entre outros efeitos, a relativização do nacionalismo, mesmo que com a forte presença de guerras continentais de fronteira .

Mas talvez seja mais instigante observar o modo como Antonio Cândido revê a produção literária brasileira para nela perceber os germens de uma prática político-cultural que hoje tende a ganhar força, aliando o sentimento de latino-americanidade ao de subalternidade como móveis de uma luta comum. É assim que, nesse mesmo artigo, volta ao século XVII para ressaltar em um de seus poemas mais importantes, o *Uraguai*, de Basílio da Gama, uma épica indianista em que o choque de cultura local e colonizadora tem como referência a expedição lusoespanhola orientada para a destruição das missões jesuíticas no sul do continente. Do mesmo poeta, relembra ainda o soneto de exaltação à rebeldia nativista do imperador inca Tupac Amaru, que segundo ele “mostra assim o sentimento da América como consciência precoce da cultura esmagada” (131).

Como podemos observar, a força do concreto impõe ao olhar do crítico um importante matizamento de perspectiva, na medida em que leva-o a observar numa obra do gênero épico uma importância estética e política que pouco antes considerara passível de rápida desatualização. Ao elogio ao *Uraguai*, de 1769, ele vai somar o reconhecimento do que propõe chamar de “projeto americano” na literatura, evidente na construção de dois outros poemas épicos, *Colombo*, de Araújo Porto Alegre (1866), e *O Guesa*, de Joaquim de Sousa Andrade —o Sousândrade— do mesmo ano. Esse último, Cândido vai considerar um poeta menor – sem dúvida face a seu propósito de entender a formação da literatura brasileira em face de um desejo de autonomia. Mas não deixa de reconhecer-lhe valor político, abrindo caminho para uma crítica em que o pressuposto de sistema nacional não seja relevante.

É o caso de Haroldo de Campos e Augusto de Campos, que em seu livro *Revisão de Sousândrade* apontam a original mescla de experimentalismo formal e pesquisa de mitos originários do continente, desde já do próprio título, emprestado da língua quíchua, falada no antigo império inca, e ainda hoje nos países andinos, do Chile à Colômbia. Significando o *errante*, ele nomeia, no longo poema narrativo, seu anti-herói, que percorre um caminho de trilhas inacabadas, entre América, Europa e África, colocando em jogo a questão da identidade, sob diversos ângulos, misturando mito e história, diferentes espaços e temporalidades. As divergências em torno de seu valor continuam hoje a estimular releituras que reavaliam as perspectivas historiográficas de seus críticos. E neles descobrem elementos para entender a força do anacronismo numa história que se queira não historicista, a possível vitalidade de um pensamento relacional sobre a ideia de nação num contexto em que convivem vários povos colonizadores e originários. Desse modo, problematizam e atualizam a força estética e política que Cândido atribuiu ao indianismo e adensam a reflexão sobre as relações entre latinoamericanidade e africanidade por ele apenas esboçadas, pela via de um aproveitamento cada vez mais crítico das heranças colonizadoras e das potências dialeticamente possíveis em espaços de subalternização.

Bibliografia

- Cândido, Antonio (1979). “Entrevista”. Revista *Transformação*, Nº 1, republicada posteriormente na coletânea *Brigada Ligeira e outros escritos*. São Paulo: EdUNESP, 1992.
- (1980). “Clima”. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.153-171.
- (1995). “O direito à literatura”. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, pp. 235-263.
- (1993). “O olhar crítico de Ángel Rama”. *Recortes*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 140-147.
- (1980). “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. *Literatura e sociedade*. 6ª ed. São Paulo: Cia. editora Nacional, pp. 109-138.
- (1981). “Os brasileiros e a literatura latino-americana”. *Revista Novos estudos* CEBRAP, Vol.1, Nº 1, pp. 58-68.
- Campos, Haroldo de e CAMPOS, Augusto de (1964). *Revisão de Sousândrade*. São Paulo: Invenção.
- Santiago, Silviano (1978). “O entre-lugar do discurso latinoamericano”. *Uma Literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, pp. 11-28.